

FACULDADE DE LETRAS

Universidade do Porto

GUIA DO ESTUDANTE

Sociologia

4º ano



EDIÇÃO DO CONSELHO DIRECTIVO

1993/94

FACULDADE DE LETRAS

Universidade do Porto

GUIA DO ESTUDANTE

XIV



EDIÇÃO DO CONSELHO DIRECTIVO

1993/94

378(05)
cur.

Guia do Estudante da FLUP. SOC. 4º ano
Vol. 14, 1993-94
Publicação Anual

Dactilografia: Ana Cristina Mendes
Execução e Impressão: Oficina Gráfica
Tiragem: 150 exemplares

INTRODUÇÃO

GUIA DO ESTUDANTE

INTRODUÇÃO

A publicação anual do Guia do Estudante é uma tradição que os sucessivos Conselhos Directivos da FLUP têm mantido, respondendo desta forma à necessidade de fornecer aos alunos uma resenha tanto quanto possível completa dos conteúdos programáticos e das bibliografias essenciais das diversas disciplinas dos diferentes cursos ministrados na Faculdade.

Esta é a 14^a edição. Para além do apoio à actividade de leccionação propriamente dita, o Conselho Directivo pretende fornecer ao estudante um conjunto de informações que importa conhecer para que a vida académica decorra sem sobressaltos nem improvisações.

De entre as matérias contidas no Guia, permitimo-nos chamar a atenção para dois aspectos: o primeiro refere-se às normas de avaliação. Tratando-se de matéria muito sensível e importante para a vida de cada um, é fundamental que as regras dimanadas do Conselho Pedagógico sejam bem conhecidas por todos os interessados, que neste caso são os alunos mas também os docentes. O segundo tem a ver com a produção do saber que uma Faculdade digna não pode descuidar: por isso, indicar-se-ão as Publicações, os Colóquios, os Congressos e outras reuniões científicas em que a Faculdade se empenhou ou vai empenhar.

O passado tem confirmado a inegável e a plural utilidade desta brochura. Oxalá a edição de 1993/94 continue a prestar os serviços relevantes conhecidos e possa constituir um elo de união entre todos os que intervêm na nossa comunidade escolar.

Porto e Faculdade de Letras, Agosto de 1993

O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRECTIVO

ÓRGÃOS DE GESTÃO DA FACULDADE

Assembleia de Representantes
Conselho Directivo
Conselho Científico
Conselho Pedagógico
Conselho Administrativo
Conselho Consultivo.

SERVICOS DA FACULDADE

A - Secretaria

Sector de Matrículas e Inscrições
" de Equivalências
de Mudanças de Curso.

Horário normal de abertura ao público:
de 2ª a 6ª feira: 14H00 - 16H30
Encerra ao Sábado.

B - Tesouraria

Horário de atendimento:
de 2ª a 6ª feira: 9H30 - 11H30
14H30 - 16H30
Encerra ao Sábado.

C - Biblioteca Central

A Biblioteca Central constitui um serviço de fundamental importância da FLUP e por isso tem merecido uma atenção particular por parte dos Conselhos Directivos.

São utentes de direito da Biblioteca os docentes e os alunos da FLUP. Em casos devidamente justificados, porém, outras pessoas podem utilizar os seus serviços, nomeadamente a pesquisa na Base Nacional de Dados Bibliográficos ("Porbase").

Para consulta das obras da Biblioteca Central os utilizadores devem possuir o cartão de leitor, o qual deverá ser revalidado todos os anos depois de efectuadas as inscrições.

1. Tipos de leitura:

- a) de presença: na Sala de Leitura (horário afixado); na Sala de Obras de Referência (livre acesso);
- b) domiciliária: normas regulamentares afixadas na Sala de Leitura.

2. Sala dos Catálogos:

- a) Onomástico
- b) Didascálico
- c) CDU (Classificação Decimal Universal)
- c) Cardex (Publicações Periódicas)
- d) "Porbase" (através do terminal ligado em linha à Base Nacional de Dados Bibliográficos)
- e) Bases de dados locais.

Nota. As obras entradas depois de 1988 encontram-se integradas na Base Nacional de Dados Bibliográficos ("Porbase"), e nas bases de dados locais, pelo que não devem ser procuradas nos catálogos tradicionais.

Tanto os catálogos tradicionais como a "Porbase" incluem também obras de alguns Institutos e Centros sediados na Faculdade, identificáveis pelas respectivas siglas.

Como é de norma em todas as Bibliotecas, as obras classificadas de "Reservados", as de "referência" (dicionários, enciclopédias), as teses e as revistas e publicações periódicas não podem ser requisitadas para leitura domiciliária.

O mesmo se aplica às obras pertencentes ao "Fundo Primitivo".

3. Horário de leitura: (Excepto nos períodos de férias)

2ª a 6ª feira: 8H30 - 19H00

4. Leitura de presença

4.1. Obras em depósito.

4.1.1. Para a leitura de presença, o leitor só pode requisitar 3 obras de cada vez.

4.2. Obras em livre acesso (Sala de leitura e de Referência)

4.2.1. A estas obras poderá o leitor aceder directamente, ficando estabelecido que não deverá voltar a colocá-las nas estantes, mas num local designado para esse efeito.

5. Leitura domiciliária

5.1. Podem ser requisitadas 3 obras diferentes simultaneamente.

5.2. O empréstimo de obras para leitura domiciliária processa-se entre as 14h e as 18h e a sua devolução deverá ocorrer impreterivelmente 48 horas depois de terem sido requisitadas.

5.3. As requisições das mesmas obras podem ser renovadas, quando não haja prejuízo para outros leitores.

6. Os alunos invisuais dispõem do aparelho Optacon oferecido pela Fundação Calouste Gulbenkian e instalado na Biblioteca Central.

7. Estão disponíveis para pesquisa em CD-ROM diversas bases de dados cuja utilização obedece a um regulamento afixado na Biblioteca.

8. Serviço de informação bibliográfica da Biblioteca Central da Faculdade:

Boletim Bibliográfico (Semestral), 1979 ss.

Núcleo de Teses Existentes na Biblioteca Central da F.L.U.P., "Boletim Bibliográfico - Anexo I", Porto, 1989.

Trabalhos de Docentes da F.L.U.P., "Boletim Bibliográfico - Anexo II", Porto, 1989.

Núcleo das Obras que constituem o Fundo Ultramarino da Biblioteca Central da F.L.U.P., "Boletim Bibliográfico - Anexo III", Porto, 1990.

Núcleo Documental do Instituto de Estudos Norte-Americanos, "Boletim Bibliográfico - Anexo IV", Porto, 1990.

Bibliografia Temática:

- 1- "Biblioteconomia e Documentação", 1989.
- 2- "Educação, Pedagogia, Didáctica", 1989.
- 3- "Biblioteconomia, Documentação, Arquivística", 1989.
- 4- Biblioteconomia. Documentação. Arquivística, 1991.
- 5- Literatura Medieval. Cultura Medieval, 1992.
- 6- Sociologia, 1992

Boletim de Sumários, 1988 ss.

Reservados da Biblioteca Central, 1ª ed., 1989; 2ª ed., 1990

Núcleo Documental do Instituto de Estudos Ingleses, Porto, 1991

Dissertações Académicas, Porto, 1992

Núcleo Documental da Sala Brasileira, Porto, 1992.

Para além da Biblioteca Central, existem na Faculdade Institutos, Salas e Centros de Investigação:

Instituto de Estudos Ingleses

- " de Estudos Norte Americanos
- " de Estudos Germanísticos
- " de Geografia
- " de Cultura Portuguesa
- " de Arqueologia
- " de Documentação Histórica Medieval
 - " de Filosofia e História da Filosofia
 - " de História de Arte
 - " de Língua Portuguesa
 - " de Literatura Comparada
 - " de Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa
 - " de Sociologia
 - " de Ciências da Educação
 - " de Estudos Franceses

Sala Brasileira

- " Espanhola
- " Neerlandesa
- " de História Moderna
- " de História Medieval

Centro de História

- " de Linguística
- " de Estudos Semióticos e Literários.

Dependente da Reitoria da Universidade, mas sediado na FLUP, funciona o Centro Norte de Portugal-Aquitânia (CENPA).

Obs.: O acesso de alunos a algumas destas unidades está condicionado, de acordo com as normas da direcção de cada uma delas.

D - Oficina Gráfica - Balcão de Vendas

Serviço de reprografia da Faculdade e de venda de publicações; apoia as actividades pedagógicas, de investigação e administrativas da escola. Preçário fixado pelo Conselho Directivo.

Horário de atendimento ao público:

2ª a 6ª feira: 8H30 - 19H30

BAR

Presentemente, o serviço de cafeteria e de "snack" é assegurado por exploração dependente da Associação de Estudantes da Faculdade.

Horário:

2ª a 6ª feira: 8H30 - 19H00

Encerra ao Sábado, normalmente.

PARQUE DE ESTACIONAMENTO

Reservado aos elementos da FLUP. Entrada pela Travessa de Entre Campos. Possui zonas demarcadas, que devem ser respeitadas para comodidade de todos.

No interior do parque aplicam-se todas as normas jurídicas sobre responsabilidade civil por danos causados a terceiros.

Horário:

2ª a 6ª feira - 7H30 - 23H00

Sábados- 7H30 - 13H00.

ACTIVIDADE ESCOLAR

A. Cursos de Licenciatura

História

História (Variante Arte)

História (Variante Arqueologia)

Filosofia

Línguas e Literaturas Modernas (Est. Port; Est. Port/Franc; Est. Port/Ingl; Est. Port/Alem; Est. Ingl/Alem; Est. Franc/ Alem; Est. Franc/Ingl.)

Geografia

Sociologia.

B - Cursos Profissionalizantes:

a) Ramo educacional:

regime transitório

regime normal (3º, 4º e 5º anos).

b) Tradução

C - Cursos de pós-graduação:

a) Mestrados: História Medieval

História Moderna e Contemporânea

História da Arte

Arqueologia

História da Cultura Portuguesa (Época Moderna)
Filosofia do Conhecimento
Filosofia Medieval
Literaturas Românicas Modernas e Contemporâneas
Estudos Anglo-Americanos
Linguística Portuguesa Descritiva

b) Curso de Especialização em Ciências Documentais - Opção "Bibliotecas e Documentação"; Opção "Arquivos"

c) Curso de Pós-Graduação em Museologia.

D - Curso de Português para Estrangeiros.

E - Cursos de Formação Contínua de Professores.

F - Actividades de extensão cultural - O Ciclo de Conferências promovidas pelo Conselho Directivo no ano lectivo anterior, terá continuidade no presente ano lectivo. Foi já publicado o texto da 1ª Conferência, proferida em 31 de Março de 1993: SOVERAL, Eduardo Abranches de, Meditação Heideggeriana, Conferências da FLUP, Ed. do Conselho Directivo, 1993

INDICAÇÕES PEDAGÓGICAS (Síntese):

Os alunos devem ter em atenção o regime e tabela de precedências em vigor, assim como as Normas de avaliação aprovadas pelo Conselho Pedagógico.

1. RAMO EDUCACIONAL:

Regime transitório (Port. 850/87):

1º ano:

a) os alunos que concluem a licenciatura (plano de estudos antigo) têm direito a candidatar-se à inscrição no 1º ano no primeiro curso aberto após a conclusão da licenciatura;

b) equivalências concedidas:

em Filosofia: Filosofia da Educação e Introdução às Ciências da Educação;

em LLM: Didáctica da Língua Inglesa e Metodologia do Inglês.

2º ano:

a) estágio nos locais fixados pela Direcção Regional de Educação do Norte;

b) seminário semanal na Faculdade (3 horas);

c) admissão ao estágio com aproveitamento em todas as disciplinas do 1º ano (na época de Julho; os alunos que terminam o 1º ano do regime transitório na época de Setembro e de Dezembro só podem concorrer a lugares de estágio em Julho do ano seguinte).

Regime normal (Port. 850/87):

1. Para poder candidatar-se ao ramo educacional - regime normal - o aluno deve estar em condições de passagem para o 3º ano do curso (isto é, com o máximo de duas disciplinas em atraso).

2. A média para seriação dos candidatos é calculada com base nas classificações da totalidade das disciplinas do 1º e do 2º ano, menos duas (se o aluno não tem disciplinas em atraso), ou menos uma (se só tem uma em atraso).

Obs.: Para os efeitos indicados no número precedente, não são levadas em conta as classificações mais baixas obtidas pelo aluno até à data.

Notas:

I - O regulamento dos estágios, encontra-se publicado na Port. 659/88, de 29 de Setembro.

II - Os alunos devem ler com cuidado todos os avisos afixados sobre esta matéria antes de se dirigirem à Secretaria.

III - Informa-se que a Unidade de Apoio aos Alunos Deficientes (UAAD), da Pró-Reitoria da Universidade (Acção Social Universitária e Assistência Médica), presta apoio psico-social e médico-pedagógico aos estudantes invisuais. Neste âmbito a UAAD promove também a passagem de textos de apoio em Braille, com a colaboração da Associação de Cegos do Norte de Portugal.

No que concerne a aquisição do material específico, por parte destes alunos, dispõem os mesmos de cassetes, a preço mais acessível, no Centro de Documentação e de material didáctico dos Serviços Sociais da Universidade do Porto (SSUP).

Mais se informa que a Pró-Reitoria aguarda uma resposta da Biblioteca Pública Municipal do Porto, sobre uma proposta de colaboração para a gravação de textos de estudantes invisuais da Universidade do Porto.

2. CURSOS DE TRADUÇÃO - Para alunos de LLM (Port. 850/87):

a) Os alunos interessados nestes cursos poderão optar pelo curso de tradução em Inglês-Português, de Francês-Português ou de Alemão-Português.

b) Serão candidatos à admissão nestes cursos, os alunos inscritos no 2º ano, que reúnem as condições de transição para o 3º ano do respectivo curso.

c) Os candidatos serão seleccionados de acordo com as médias obtidas nos dois primeiros anos do curso.

INDICAÇÕES ACADÉMICAS (Síntese):

1. No prazo de 7 dias a contar da afixação do respectivo aviso (ou pauta) ou da data do correio, os alunos devem dar cumprimento aos deferimentos favoráveis exarados nos requerimentos que tenham apresentado à Faculdade.

2. Mudança de variante em LLM: os pedidos dos alunos da FLUP só podem ser considerados depois de terem completado todas as disciplinas do 1º ano em que se inscreveram.

3. Curso de Ciências Documentais (pós-graduação) - as disciplinas em atraso do curso anterior podem ser feitas no curso seguinte.

Notas:

1. Para as restantes informações, devem os alunos consultar o folheto Indicações Úteis aos Alunos, difundido gratuitamente pela Universidade do Porto.

2. Chama-se a especial atenção dos alunos para os avisos sobre a micro-radiografia.

NORMAS DE AVALIAÇÃO

(Aprovadas pelo Conselho Pedagógico em 21.7.92)

No desempenho das funções que lhe competem segundo os Estatutos da Universidade do Porto e os Estatutos da Faculdade de Letras e de acordo com a legislação em vigor, o Conselho Pedagógico aprovou as Normas de Avaliação de Conhecimentos para o ano lectivo de 1992-1993. Estas Normas contêm algumas alterações pontuais relativamente às normas vigentes no ano anterior, por se ter entendido que era necessário reajustar alguns dos critérios às necessidades que a prática pedagógica demonstrou existirem. Em alguns outros casos entendeu-se por bem ser-se mais claro e rigoroso na formulação dessas mesmas normas; finalmente, o Conselho deliberou propor à Escola a abolição das segundas chamadas da primeira época, alargando, em contrapartida, o número de exames que os alunos podem realizar na segunda época (Setembro).

(À data da publicação deste Guia esta proposta aguarda ainda parecer favorável do Conselho Científico da FLUP e subsequente homologação da Reitoria).

A. MODALIDADES DE AVALIAÇÃO

Artº 1º - Caracterização das modalidades de avaliação

1. Admitem-se as seguintes modalidades de avaliação:

- a. Avaliação contínua.
- b. Avaliação periódica.
- c. Avaliação final.

2. Nos termos do ponto 1 do artigo 5º é permitida a combinação, numa mesma cadeira, da modalidade de avaliação contínua com uma das outras modalidades de avaliação.

3. Além das modalidades de avaliação referidas há ainda o caso particular das disciplinas que funcionam em seminário e que têm requisitos especiais regulamentados nestas normas no artigo 18º.

4. Em disciplinas determinadas pelo respectivo docente poderão existir, em alternativa ou em combinação com outras modalidades, trabalhos de investigação ou de campo definidos nos termos dos artigos 2º e 17º.

5. Em casos determinados em consequência do conteúdo científico da disciplina, pode ser obrigatória a existência de trabalhos de campo ou de investigação.

Artº 2º - Definição inicial da avaliação e sua apresentação

1. No início do ano lectivo, ao apresentar o programa da disciplina, o docente deve comunicar o plano de avaliação e dialogar com os alunos acerca dos seus diferentes aspectos, explicitando de acordo com as disposições respectivas destas normas:

a) Objectivos pedagógico-didácticos;

b) modalidades de avaliação, com referência à existência ou não de avaliação contínua e à forma como, dentro dos limites impostos nestas normas, eventualmente será combinada com outras modalidades;

c) existência ou não de trabalhos de investigação obrigatórios e/ou facultativos;

d) os índices e critérios de ponderação final de cada uma das componentes de avaliação (trabalhos de investigação, trabalhos de campo, diferentes componentes de avaliação nas aulas práticas e teóricas, seja em avaliação periódica, seja em avaliação contínua).

e) o número e o tipo de testes mínimo para a respectiva disciplina na modalidade de avaliação contínua.

2. Aquilo que for definido em 1. deve obrigatoriamente ser registado pelo docente respectivo no livro de sumário máximo até ao 5º sumário.

3. O plano de avaliação terá em conta as condições concretas de funcionamento de cada disciplina, nomeadamente:

a) número de alunos;

b) número de docentes;

c) natureza da disciplina e conteúdos leccionados.

4. Todos os alunos devem tomar conhecimento desde o início do ano lectivo do plano de avaliação de cada uma das disciplinas em que estão inscritos. Em caso algum poderão invocar desconhecimento desse plano nos momentos de avaliação.

B. AVALIAÇÃO CONTÍNUA

Artº 3 - Tipos de provas

1. A modalidade de avaliação contínua terá no mínimo seis provas por ano lectivo distribuídas regularmente consistindo na realização complementar ou em alternativa de vários tipos de provas: trabalhos escritos e orais, relatórios de leitura ou de trabalho de campo, elaboração de bibliografias críticas, testes escritos ou orais, etc.
2. Uma das provas tem de ser um teste escrito realizado na própria sala de aula e em presença do docente.
3. Os alunos devem ser e estar claramente informados sobre qual o número mínimo de provas necessárias para a aprovação, conforme o registado no livro de sumários nos termos do artigo 2º.
4. Os alunos devem ser e estar informados sobre todos os elementos de avaliação, incluindo os trabalhos orais e a participação oral nas aulas, assim como dos critérios de ponderação adoptados.
5. As classificações de avaliação contínua devem ser regularmente comunicadas ao aluno e publicadas até uma semana antes do prazo limite de desistência de avaliação contínua.
6. As classificações de avaliação contínua são ponderadas em números inteiros na escala de 0 a 20 para efeitos de afixação nas pautas oficiais, conforme o estipulado no artigo 19º destas normas.

Artº 4 - Funcionamento das aulas

1. A avaliação contínua pode ser realizada em qualquer disciplina, em turmas cuja frequência média não exceda 30 alunos.
2. O quantitativo referido no ponto anterior pode ser alterado após autorização do Conselho Pedagógico havendo recomendação do docente ou requerimento dos alunos.
3. As disciplinas ou turmas que funcionam no regime de avaliação contínua podem ter aulas durante a interrupção motivada pelas primeiras provas de avaliação periódica, mediante acordo entre professor e alunos.

Artº 5 - Combinação de modalidades de avaliação

1. Caso exista uma nítida distinção entre aulas teóricas e aulas práticas, uma mesma disciplina pode funcionar simultaneamente com dois tipos de avaliação: avaliação periódica ou final relativamente às aulas teóricas; avaliação contínua relativamente às aulas práticas.

2. A ponderação da parte prática e da parte teórica da disciplina deve, neste caso, ser concretamente explicitada nos termos do artigo 2º, sendo responsabilidade do docente indicar o índice de ponderação efectivo de cada uma delas na média final da disciplina.

3. Nas disciplinas em que esse índice não tenha sido efectivamente fixado, cumprindo o disposto no artigo 2º, vigora uma ponderação de 50% para cada uma das componentes, prática e teórica, sendo para tal obrigatória nota mínima de 8 a cada uma das componentes.

4. Na situação prevista no ponto 1, em caso de avaliação negativa (inferior a 8) numa das componentes da disciplina, a classificação positiva da outra componente poderá ser considerada até à época de recurso ou especial do mesmo ano lectivo.

Artº 6 - Exigência de presença às aulas

1. A avaliação contínua obriga à presença do aluno no mínimo em 75% das aulas.

2. A presença dos alunos é verificada pela assinatura de folhas de presença, sob a responsabilidade do docente.

3. Na situação do número 1 do artigo 5º, os alunos ficam obrigados a este regime de presenças apenas em relação às aulas práticas.

Artº 7 - Inscrição e desistência

1. A inscrição nesta modalidade de avaliação é feita no decurso do primeiro mês de funcionamento da disciplina.

2. Os alunos podem desistir da avaliação contínua, até ao fim da primeira semana a seguir às férias do Natal no caso das Línguas Vivas; e até à primeira aula a seguir às férias da Páscoa nas restantes disciplinas. Os alunos que desistirem da avaliação contínua só poderão submeter-se à avaliação final.

3. A desistência efectua-se por comunicação escrita, datada e assinada e entregue pessoalmente ao professor.

Artº 8 - Reprovação e direito à época de recurso

1. O aluno que obtenha classificação negativa em avaliação contínua é considerado reprovado, tendo no entanto direito a realizar exame final na época de recurso nas condições fixadas pela lei geral e conforme o estipulado no ponto 5 do artigo 14º.

C. AVALIAÇÃO PERIÓDICA

Artº 9 - Tipos de provas

1. O número de provas a realizar é de duas, sendo uma obrigatoriamente na presença do docente e podendo a outra ser um trabalho realizado fora da aula, desde que previamente acordado entre docente e aluno, nos termos do artigo 2º.

2. Além das disciplinas referidas no ponto um, nas disciplinas em que se entenda necessária a realização de trabalhos práticos ou de campo, estes terão um estatuto próprio e a sua realização deve ser previamente acordada entre docente e alunos, nos termos do artigo 2º.

3. Quaisquer outras provas, orais e escritas, que venham a ser realizadas no âmbito de cada disciplina são facultativas excepto no caso das línguas vivas, conforme o estipulado no artigo 13º, relativo à obrigatoriedade de uma prova oral.

4. As provas só podem incidir sobre matéria leccionada até 8 dias antes da sua realização.

5. Sempre que as classificações das provas que excedam o número mínimo de duas sejam consideradas para efeito de média final, devem ser publicadas em pauta como as restantes.

Artº 10 - Repescagem

1. Os alunos em avaliação periódica têm direito, nas condições abaixo indicadas, a uma prova de repescagem a realizar simultaneamente com a primeira chamada do exame final da época normal.

2. A nota de uma das provas de avaliação periódica tem de ser obrigatoriamente positiva para o aluno poder realizar a prova de repescagem.

3. Os alunos que tenham obtido uma nota igual ou inferior a sete valores numa das provas, ou a ela tenham faltado, têm direito a repescagem sobre a matéria respeitante àquela prova nas condições do ponto 2.

4. Também têm direito a realizar a prova de repescagem os alunos que tenham obtido numa das provas 8 valores, desde que a média final não seja positiva.

5. A nota obtida na prova de repescagem anula a nota da prova que substitui.

6. Em caso algum a prova de repescagem se destina a melhoria de nota.

7. Para que os alunos se considerem aprovados em avaliação periódica, a média final tem de ser positiva e em nenhuma das provas obrigatórias a nota pode ser igual ou inferior a sete valores.

Artº 11 - Inscrição e desistência

1. A inscrição do aluno nesta modalidade de avaliação considera-se efectiva pela sua presença na primeira prova de avaliação periódica.

2. Alunos que não compareçam à primeira prova, mas queiram optar por esta modalidade de avaliação, devem informar o responsável da cadeira até dez dias úteis após o reinício das aulas.

3. Presume-se que um aluno que não cumpra com o disposto em nenhum dos dois pontos acima referidos optou pela modalidade de avaliação final.

4. Um aluno que não compareceu à segunda prova de avaliação periódica perde, por isso, o direito a esta modalidade de avaliação salvo se comunicar ao professor até três dias úteis após a realização da mesma que tenciona manter-se nesta modalidade.

5. Presume-se que um aluno que não cumpra com o procedimento referido no ponto 4 deste artigo optou pela avaliação final.

6. A desistência de uma prova durante a sua realização equivale à classificação de zero valores.

7. Um aluno que compareça a duas ou mais provas de avaliação periódica perde o direito à desistência desta modalidade de avaliação, não podendo realizar exame final na época normal, excepto nos casos contemplados no ponto 7 do artigo 14º, relativo aos alunos do 4º ano.

Artº 12 - Reprovação e direito à época de recurso

1. O aluno em avaliação periódica que não tenha tido classificação positiva na primeira prova, compareça à segunda e não tenha igualmente classificação positiva nesta ou dela desista, considera-se reprovado.

2. O aluno que obtenha classificação negativa em avaliação periódica é considerado reprovado, tendo no entanto direito a realizar exame final na época de recurso nas condições fixadas pela lei geral e conforme os artigos 14º e 16º das actuais normas.

Artº 13 - Tipos de provas em línguas vivas

1. Sem prejuízo do exposto nos artigos 9º, 10º e 11º, a avaliação periódica consta de dois tipos de provas: escritas e orais.

2. As provas escritas são em número de duas e precedem a oral, obrigando a uma média mínima de nove valores, sendo uma delas obrigatoriamente positiva.

3. Cabe aos docentes fixar o momento de realização, observando o intervalo mínimo de 48 horas (dias úteis) após a fixação dos resultados das provas escritas, segundo o estipulado no artº 20º.

4. A classificação final deve obter-se pela média entre a nota da prova oral e a média alcançada nas provas escritas e segundo o estipulado no artigo 19º destas normas.

5. Em línguas vivas a prova oral funciona sempre como uma prova autónoma com a finalidade de avaliar a capacidade de expressão oral do aluno, não podendo nunca ser entendida como prova de repescagem das provas escritas.

6. Para efeitos de média final nenhuma das três provas realizadas pode ter uma classificação inferior a oito valores.

D. AVALIAÇÃO FINAL

Artº 14 - Tipo de provas

1. O exame final é constituído por uma prova escrita e, se necessário ou requerido, uma prova oral, devendo aquela anteceder sempre esta.

2. Na primeira época de exames finais há apenas uma chamada por cada disciplina, tal como nas épocas de recurso e especial.

3. Nas disciplinas em que seja obrigatória a realização de uma prova prática no exame final, esta poderá ser substituída por um trabalho prático ou de campo previamente realizado ao longo do ano lectivo, desde que para tal haja acordo entre professor e aluno, nos termos do artigo 2º.

4. Os alunos podem realizar exames sem limite quantitativo a qualquer disciplina em regime de avaliação final na época de Setembro.

5. Para os alunos que realizem exames na segunda época (Setembro) como recurso de classificações negativas obtidas na primeira época, em qualquer modalidade de avaliação, existe um limite de duas disciplinas anuais e quatro semestrais.

6. Na época especial (normalmente em dezembro), os alunos podem prestar provas de exame final a duas disciplinas ou quatro semestrais (no máximo), desde que com a aprovação em tais disciplinas reúna as condições necessárias à obtenção de grau ou diploma.

7. Os alunos do 4º ano dos diversos cursos podem realizar recurso da classificação de avaliação periódica ou avaliação contínua na época de exames finais, em alternativa a Setembro.

Artº 15 - Exames para melhoria de classificação

1. Os alunos podem requerer melhoria de classificação apenas uma vez a cada disciplina. Esta melhoria pode ser realizada até à época de recurso do ano lectivo seguinte àquele em que os alunos obtiveram aprovação.

2. Os alunos que desejem fazer exames para melhoria de classificação no ano seguinte àquele em que obtiveram a passagem nas disciplinas respectivas, têm de se cingir aos programas leccionados durante o ano lectivo em que terá lugar o novo exame e de prestar provas com o docente ou docentes que ministrarem os referidos programas.

3. Os alunos podem requerer melhoria de classificação relativamente a qualquer disciplina e sem restrição numérica de disciplinas.

4. No exame para melhoria de nota prevalece a classificação mais elevada.

Artº 16 - Provas orais em avaliação final

1. As provas orais devem realizar-se em salas de aula abertas ao público e perante um júri constituído por um número mínimo de dois docentes ligados à área da disciplina.

2. Cabe aos docentes determinar o momento da realização da prova oral, observando o intervalo mínimo de 48 horas (dias úteis) após a afixação da classificação da prova escrita correspondente.

3. A nota mínima de admissão à prova oral é de nove valores, tendo em conta os arredondamentos fixados no artº 19.

4. Os alunos que obtenham na prova escrita nota igual ou superior a dez valores ficam dispensados da prova oral sem que, no entanto, lhes seja vedado requerê-la no prazo de 48 horas (dias úteis) após a afixação da classificação da prova escrita.

5. Sempre que se realize uma prova oral em avaliação final, o resultado será a média obtida entre a nota da prova escrita e a nota da prova oral, arredondada para números inteiros, na escala 0 a 20, segundo o estipulado no artº 19.

6. Nas disciplinas de línguas vivas a prova oral é sempre obrigatória, desde que o aluno tenha obtido nota igual ou superior a 8 valores.

7. O regime de obrigatoriedade da prova oral pode ser estendido a qualquer outra disciplina que não as línguas por decisão do Conselho Pedagógico, sob proposta do responsável pela disciplina e ouvido o Conselho Científico.

E. TRABALHOS DE INVESTIGAÇÃO E SEMINÁRIOS

Artº 17 - Definição de trabalho de investigação

1. Considera-se um trabalho de investigação um trabalho em que haja pesquisa bibliográfica e documental original e individualizada e cuja apresentação e dimensão obedeça a certos requisitos mínimos previamente acordados entre docente(s) e aluno ou grupo de alunos.

2. Os critérios, métodos, prazos e formas de realização devem ser discutidos com o docente no início da realização do trabalho; o docente deve acompanhar de perto a elaboração do trabalho em todos os seus trâmites.

3. Os alunos pertencentes a um mesmo grupo de trabalho podem ter uma classificação diferenciada em função da sua participação individual desde que essa diferenciação seja objectivamente fundamentada e esta possibilidade tenha sido comunicada pelo docente no início do trabalho.

Artº 18 - Seminários

1. Os seminários são disciplinas incluídas nos currícula das licenciaturas e designadas enquanto tal nos termos da legislação em vigor.

2. Para efeitos de avaliação, docente e aluno ficam obrigados a participar num número de reuniões a determinar no início do seminário.

3. A avaliação a realizar nessas reuniões é de natureza qualitativa.

4. Para todos os efeitos consideram-se essas reuniões equivalentes a provas de qualquer outro sistema de avaliação ainda que sem prejuízo dos trabalhos a realizar.

5. Os trabalhos de investigação realizados no âmbito dos seminários obedecem às normas estipuladas no artigo 17.

6. Todas as decisões quanto às modalidades de avaliação, organização e funcionamento do seminário, deverão ficar registadas no livro de sumários, à semelhança do estipulado no artigo 2º.

F - APRESENTAÇÃO DAS CLASSIFICAÇÕES E SUA APLICAÇÃO

Artº 19 - Forma de apresentação das classificações

1. Todas as notas relativas a provas ou a trabalhos que servem de fundamento à classificação final bem como esta última são publicadas sob a forma de nota quantitativa (escala de 0 a 20) em pautas datadas e assinadas pelo docente da disciplina.

2. As classificações afixadas em pauta são apresentadas em números inteiros.

3. Para o cálculo de médias finais as décimas são arredondadas à unidade por defeito até ao meio valor, exclusive, e por excesso a partir do meio valor, inclusive.

4. Quaisquer outras escalas utilizadas pelo docente no âmbito das suas classificações terão de ser convertidas à escala referida nos pontos anteriores para efeitos de classificações finais e periódicas.

Artº 20 - Prazos de afixação das classificações

1. Os resultados da primeira prova de avaliação periódica devem ser afixados até, no máximo, 30 dias antes da realização da primeira prova de avaliação periódica.

2. Os resultados da segunda prova de avaliação periódica devem ser afixados, em dias úteis, até 48 horas antes da realização da prova de repescagem respectiva.

3. Os resultados dos exames devem ser afixados, em dias úteis, até 48 horas antes da realização das provas orais respectivas, com indicação explícita do dia e hora em que estas se realizam.

4. Os resultados das provas orais devem ser afixados no próprio dia em que as provas se realizaram.

5. Os resultados dos exames da segunda época devem ser afixados até 24 horas antes da data do início do prazo das inscrições nas disciplinas do ano lectivo seguinte.

6. Estes prazos vigoram sem prejuízo de quaisquer outros que os Conselhos Pedagógico e Directivo venham a determinar e publicitar em tempo oportuno.

G - CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO E CONSULTA DAS PROVAS

Artº 21 - Consulta das provas

1. Os alunos têm direito de consultar as suas provas e outros elementos de avaliação depois de classificadas, desde que na presença do docente.

2. Em caso de prestação de prova oral os alunos têm o direito de conhecer a classificação da prova escrita correspondente.

3. Caso o Conselho Pedagógico considere existir alguma irregularidade processual nas classificações ou lhe seja remetido algum requerimento apontando tais irregularidades, tomará as providências que entender necessárias no sentido de resolver a situação.

Artº 22 - Condições de prestação de provas e casos de fraude

1. No início de cada prova o docente deve informar claramente os alunos acerca das condições de prestação da prova.
2. Em caso de fraude comprovável o docente deve anular a prova e comunicar o facto ao Conselho Pedagógico.
3. Caso haja apenas suspeitas de fraude deve o docente comunicar todas as informações sobre a sua fundamentação ao Conselho Pedagógico, o qual tomará posição depois de ouvidas todas as partes envolvidas.
4. No caso de fraude grave comprovada o Conselho Pedagógico comunicará o facto à secção disciplinar do Senado Universitário.

Artº 23 - Identificação dos alunos no momento de prestação de provas

1. Os docentes encarregados de vigiar quaisquer provas devem exigir aos alunos documento comprovativo da sua identidade.
2. Os docentes encarregados de vigiar provas de avaliação periódica e exames finais devem fazer circular uma folha de presenças e recolher as assinaturas de todos os alunos presentes; essa folha de presenças devidamente datada e rubricada, deve ser entregue ao docente responsável da disciplina juntamente com as provas respectivas.

H - CALENDÁRIO DE PROVAS

Artº 24 - Direito a reclamação relativa ao calendário de provas

1. Dadas as dificuldades na elaboração do calendário nos cursos com múltiplas variantes, está previsto um prazo para reclamações relativas a coincidências de provas de disciplina do mesmo ano. O prazo é de 48 horas (dias úteis) depois de afixados o calendário das provas.
2. As reclamações devem ser dirigidas ao Presidente do Conselho Pedagógico e entregues à Secretaria da Faculdade; o Presidente do Conselho Pedagógico delegará num ou mais membros deste Conselho o poder de resolução destas situações.

Calendário das provas em 1992-1993

Avaliação periódica:

Primeiras provas: de 24 de Janeiro a 12 de Fevereiro de 1994 (Reinício de aulas: 14 de Fevereiro de 1994)

Segundas provas: de 23 de Maio a 11 de Junho de 1994

Fim de aulas: 20 de Maio de 1994

Exames finais:

Época normal: de 13 Junho a 2 de Julho de 1994.

Época de recurso: de 11 de Setembro a 1 de Outubro de 1994

PUBLICAÇÕES

I - REVISTAS

Cale, Revista da Faculdade de Letras, I, Porto, 1966

Revista da Faculdade de Letras - Séries de:

História, I série: 1971-1974; II série: 1984 ss.

Filosofia, I série: 1970-1973; II série: 1985 ss.

Filologia, I série, 1973

Línguas e Literaturas, II série: 1984 ss.

Geografia, 1985 ss.

Sociologia, 1991 ss.

Portugalia (Instituto de Arqueologia), nova série, 1980 ss.

Runa, *Revista Portuguesa de Estudos Germanísticos* (Coedição do Instituto de Estudos Germanísticos da FLUP), 1984 ss.

Revista Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos (Associação Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos, Faculdade de Letras da Universidade do Porto), 1990 ss

Revista de História (INIC/Centro de História da Univ. do Porto), 1978 ss

II - OUTRAS PUBLICAÇÕES

CRUZ, António - *Papéis da Restauração. Selecção e Estudo Prévio por...*, I, Porto, Faculdade de Letras, "Publicações da Faculdade de Letras", 1967

MONTEIRO, Joaquim Rebelo Vaz - *Estudo Cartográfico de uma Viagem à Índia no século XVI*, Porto, Faculdade de Letras, "Publicações da Faculdade de Letras", 1970

CRUZ, António - *O Porto nas Navegações e na Expansão*, Porto, Faculdade de Letras, 1972

CURZ António - *Tempos e Caminhos. Estudos de História*, Porto, Faculdade de Letras do Porto, "Publicações da Faculdade de Letras", 1973

PENEDOS, Alvaro José dos Penedos - *O Pensamento Político de Platão*, I, Porto, Faculdade de Letras, "Publicações da Faculdade de Letras", 1978

Problemáticas em História Cultural (Actas do Colóquio de Outubro, 1986), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Cultura Portuguesa, "Línguas e Literaturas - Anexo I", 1987

Bibliografia Cronológica de Espiritualidade em Portugal. 1501-1700, Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Cultura Portuguesa, "Línguas e Literaturas - Anexo II", 1988

Duas Línguas em Contraste: Português e Alemão (Actas do 1º Colóquio Internacional de Linguística Contrastiva Português-Alemão), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Estudos Germanísticos, "Línguas e Literaturas - Anexo III", 1989

"Fundo Primitivo" da Biblioteca Central. 1919-1928, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1989

FARDILHA, Luís Fernando de Sá - *Poesia de D. Manoel de Portugal. I - Profana. Edição das suas Fontes*, Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Cultura Portuguesa, "Línguas e Literaturas - Anexo IV", 1991

Espiritualidade e Corte em Portugal nos Séculos XVI-XVIII (Actas do Colóquio de Maio, 1992), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Cultura Portuguesa, "Línguas e Literaturas - Anexo V", 1993

SOVERAL, Eduardo Abranches de - *Meditação Heideggeriana*, «Conferências da Faculdade de Letras do Porto - I», Porto, Ed. do Conselho Directivo, 1993

III - TRABALHOS PUBLICADOS EM COLABORAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES

A - Com o CENTRO DE ESTUDOS HUMANÍSTICOS (Anexo à Universidade do Porto) (CEH):

1 - REVISTAS:

Studium Generale, I série: 1953-1969, Centro de Estudos Humanísticos, Anexo à Universidade do Porto

Lucerna. Cadernos de Arqueologia, I série: 1961-1966, Centro de Estudos Humanísticos, Anexo à Universidade do Porto

2 - OUTRAS PUBLICAÇÕES:

CRUZ, Maria Isabel - *Novos subsídios para uma Edição Crítica da Lírica de Camões. Os Cancioneiros Inéditos de Madrid e do Escorial*, Porto, CEH, 1971

CRUZ, António - *O Porto na ^Génese dos Descobrimentos*, Porto, CEH, 1960

CRUZ, António - *As Invasões Francesas*, Porto, CEH, 1968

CRUZ, António - *Album de Paleografia* (Edição Provisória), Organizado por..., Porto, Faculdade de Letras do Porto - CEH, 1968

RAMOS, Luís António de Oliveira - *O Cardeal Saraiva*, Vol. I, Porto, CEH, 1972

SOVERAL, Eduardo S. Abranches - *O Método Fenomenológico: Estudo para a Determinação do seu Valor Filosófico*, Porto, C.E.H., "Amphitheatrum - XII", 1965

B - Com o INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA (INIC):

1 - REVISTAS:

Revista de História, INIC-Centro de História (UP) (1978 ss.)

2 - OUTRAS PUBLICAÇÕES:

ARAÚJO, Luís Carlos Gomes de - *A Ética como Pensar Fundamental. Elementos para uma Problemática da Moralidade*, "Estudos Gerais. Série Universitária", Lisboa, IN-CM, 1992

BRITO, Ana Maria Barros de - *A Sintaxe das Orações Relativas em Português. Estrutura, Mecanismos Interpretativos e Condições sobre a Distribuição dos Morfemas Relativos*, "Linguística - 17", Porto, INIC/Centro de Linguística (U.P.), 1991

CARVALHO, José Adriano Moreira de Freitas - *Gertrudes de Hefia e Espanha*, "Literatura - 5", Porto, INIC/Centro de Literatura (UP), 1981

FERNANDES, José Alberto V. Rio - *A Foz. Contribuição para o Estudo do Espaço Urbano do Porto*, Porto, INIC/FLUP, 1985

FONSECA, Luís Alberto Adão da - *O Condestável D. Pedro de Portugal*, "História - 5", Porto, INIC/Centro de História (UP), 1982

HOMEM, Armando Luís de Carvalho - *O Desembargo Régio (1230-1433)*, "História Medieval - 5", Porto, INIC/Centro de História (UP), 1990

MARQUES, Helder - *Região Demarcada dos Vinhos Verdes. Ensaio de Geografia Humana*, Porto, INIC/FLUP, 1985

MARQUES, João Francisco - *A Parenética Portuguesa e a Dominação Filipina*, "História - 6", Porto, INIC/Centro de História (UP), 1986

MARQUES, João Francisco - *A Parenética Portuguesa e a Restauração - 1640-1668*, 2 vols., "História Moderna e Contemporânea - 2", Porto, INIC/Centro de História (UP), 1988

MARTINS, Luís Paulo Saldanha - *Níveis Urbanos no Noroeste de Portugal. Dimensão Populacional e do Comércio a Retalho*, Porto, INIC/FLUP, 1985

PINA, Maria Helena Mesquita - *Bertiandos. Actual Arranjo do Espaço Agrário*, Porto, INIC/FLUP, 1985.

PINTO, Maria da Graça Lisboa Castro - *Abordagem a Alguns Aspectos da Compreensão Verbal na Criança. Estudo Psicolinguístico do "Token Test" e de Materiais de Metodologia Complementar*, "Linguística - 8", Porto, INIC/Centro de Linguística (UP), 1988

SANTOS, Cândido dos - *Os Jerónimos em Portugal. Das Origens aos séculos do Século XVIII*, "Textos de História - 3", Porto, INIC/Centro de História (UP), 1980

SANTOS, Eugénio dos - *O Oratório no Norte de Portugal*, "Textos de História - 4", Porto, INIC/Centro de História (UP), 1982

SOUSA, Armindo de - *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*, "História Medieval - 4", Porto, INIC/Centro de História (UP), 1990

VILELA, Mário Augusto Quinteiro - *O Léxico da Simpatia Humana e Social. Estudo sobre o Campo Lexical da Determinação Substantiva de Simpatia Humana e Social (1850-1900)*, "Linguística - 1", Porto, INIC/Centro de Linguística (UP), 1980

C - Com o NÚCLEO DE ESTUDOS FRANCESES DA UNIVERSIDADE DO PORTO:

1 - REVISTA:

Intercâmbio, 1990 ss

2 - OUTRAS PUBLICAÇÕES:

BRITO, Ferreira de - *Nas Origens do Teatro Francês em Portugal*, Porto, Núcleo de Estudos Franceses da Universidade do Porto, 1989

BRITO, Ferreira de - *Revolução Francesa. Emigração e Contra-Revolução*, Porto, Núcleo de Estudos Franceses da Universidade do Porto, 1989

BRITO, Ferreira de - *Voltaire na Cultura Portuguesa. Os Tempos e os Modos*, Porto, Núcleo de Estudos Franceses da Universidade do Porto, 1991

D - Com a BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO:

EIRAS, Adriano - *Faculdade de Letras do Porto 1919-1931. Contribuição para a sua História*, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1989

IV - PUBLICAÇÃO DE ACTAS DE COLÓQUIOS E CONGRESSOS REALIZADOS OU APOIADOS PELA FLUP: Ver no final do «Guia»

V - OUTRAS PUBLICAÇÕES DA FACULDADE (Divulgação interna):

1 - CONSELHO DIRECTIVO

Guia do Estudante, Porto, 1980/81 ss

Faculdade de Letras. 1988-1989, Porto, 1989

Dissertações Académicas, Porto, 1991

Conferências da Faculdade de Letras do Porto, Porto 1993 ss

2 - BIBLIOTECA CENTRAL:

Boletim Bibliográfico (Semestral), 1979 ss. (A partir do vol. 13, nº 2, Jul./Dez 1991 editado também em suporte informático)

Núcleo de Teses Existentes na Biblioteca Central da F.L.U.P., "Boletim Bibliográfico - Anexo I", Porto, 1989; 1992 (Edição também em suporte informático)

Trabalhos de Docentes da F.L.U.P., "Boletim Bibliográfico - Anexo II", Porto, 1989

Núcleo das Obras que Constituem o Fundo Ultramarino da Biblioteca

Central da F.L.U.P., "Boletim Bibliográfico - Anexo III", Porto, Núcleo Documental do Instituto de Estudos Norte-Americanos, "Boletim Bibliográfico - Anexo IV", Porto, 1990

Catálogo do Instituto de Estudos Ingleses, Porto, 1992

Catálogo da Sala Brasileira «Adolfo Casais Monteiro», Porto, 1993

Bibliografias Temáticas

Boletim de Sumários

Reservados da Biblioteca Central, 1ª ed., 1989; 2ª ed., 1990; 3ª ed., 1992

Actas das 4ª Jornadas PORBASE, Porto, Biblioteca Central da FLUP, 1991

VI - PUBLICAÇÕES DO CENTRO DE ESTUDOS NORTE DE PORTUGAL - AQUITÂNIA (CENPA):

I Jornadas de Estudo Norte de Portugal - Aquitânia, Porto, Universidade do Porto - Centro de Estudos Norte de Portugal - Aquitânia, 1986

PEREIRA, Gaspar Martins - *O Douro. A Vinha, o Vinho e a Região de Pombal a João Franco*, Porto, Centro de Estudos Norte de Portugal - Aquitânia, 1990

II Jornadas de Estudo Norte de Portugal-Aquitânia. L'Identité Régionale.

L'Idée de Région dans l'Europe du Sud-Ouest (CENPA, Bordéus, Março de 1988), Paris, CNRS, 1991

VII - PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES DA FACULDADE DE LETRAS DO PORTO (AEFLUP):

1 - REVISTAS:

Humanidades

Ícone. Revista de Colaboração Artística

Letras Soltas. Jornal da AEFLUP

- III Jornadas de Estudos Norte de Portugal - Aquitânia «O Poder Regional. Mitos e Realidades», CENPA - Universidade do Porto, Porto, 22-26 de Março de 1993
- 1º Congresso de Arqueologia Peninsular (Faculdade de Letras do Porto, 12-18 de Outubro de 1993)

ACTAS DE COLÓQUIOS E CONGRESSOS

- O Porto na Época Moderna* (Faculdade de Letras do Porto, Novembro de 1979), "Revista de História", Porto, INIC/Centro de História UP, vol. II, 1979, vol III, 1980
- Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia do Noroeste* (Novembro de 1983), "Portugalia", Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Arqueologia, nova série, IV-V, 1983-1984
- I Jornadas de Estudo Norte de Portugal - Aquitânia* (Faculdade de Letras do Porto, Novembro de 1984), Porto, Centro de Estudos Norte de Portugal - Aquitânia (CENPA), 1986
- II Jornadas Luso - Espanholas de História Medieval* (Novembro de 1985), 4 vols., Porto, Centro de História UP/INIC, 1987, 1989, 1990
- Problemáticas em História Cultural* (Faculdade de Letras do Porto, Outubro de 1986), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Cultura Portuguesa, "Línguas e Literaturas - Anexo I", 1987
- Victor Hugo e Portugal. No Centenário da sua Morte.* (Faculdade de Letras do Porto, Maio de 1987). Actas do Colóquio, Porto, Ed. subsidiada pela Fundação Eng. António de Almeida e pela Fondation Calouste Gulbenkian, 1987
- Colóquio Comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor* (Faculdade de Letras do Porto, Outubro de 1986), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Estudos Ingleses, 1988
- La Sociologie et les Nouveaux Défis de la Modernisation* (Faculdade de Letras do Porto, Maio de 1987), Porto, Association Internationale des Sociologues de Langue Française - Secção de Sociologia da Faculdade de Letras do Porto, 1988
- Congresso Internacional "Bartolomeu Dias e a sua Época"*, 5 vols., Porto, Universidade do Porto - Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1989
- Duas Línguas em Contraste: Português e Alemão.* Actas do 1º Colóquio Internacional de Linguística Contrastiva Português-Alemão (Faculdade de Letras do Porto, Outubro de 1988), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Estudos Germanísticos, "Línguas e Literaturas - Anexo III", 1989
- Encontro de Literatura Suíça* (Faculdade de Letras do Porto, Maio de 1989), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Estudos Germanísticos, 1989
- Eça e "Os Maias"*, I Encontro Internacional de Queirosianos (Faculdade de Letras do Porto, Novembro de 1988), Porto, Edições ASA, 1990
- II Jornadas de Estudo Norte de Portugal-Aquitânia (CENPA). L'Identité Régionale. L'Idée de Région dans l'Europe du Sud-Ouest* (Bordéus, março de 1988), Paris, CNRS, 1991
- A Recepção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil* (Faculdade de Letras do Porto, 2-9 de Novembro de 1989), 2 vols., Porto, Universidade do Porto, 1992
- Espiritualidade e Corte em Portugal nos Séculos XVI-XVIII* (Actas do Colóquio de Maio, 1992), Porto, Faculdade de Letras - Instituto de Cultura Portuguesa, "Línguas e Literaturas - Anexo V", 1993

COLÓQUIOS E CONGRESSOS PATROCINADOS OU APOIADOS PELA F.L.U.P.

- O Porto na Época Moderna* (Centro de História U.P., Novembro de 1979)
- Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia do Noroeste* (Instituto de Arqueologia, Novembro de 1983)
- I Jornadas de Estudos Norte de Portugal - Aquitânia* (Centro de Estudos Norte de Portugal - Aquitânia, Novembro de 1984)
- Victor Hugo e Portugal* (7-10 de Maio de 1985)
- II Jornadas Luso - Espanholas de História Medieval* (Novembro de 1985)
- Colóquio Comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor* (Instituto de Estudos Ingleses, 15-18 de Outubro de 1986)
- Problemáticas em História Cultural* (Instituto de Cultura Portuguesa, Outubro de 1986)
- I Congresso de Literaturas Marginais* (23-25 de Abril de 1987)
- La Sociologie et les Nouveaux Défis de la Modernisation* (Maio de 1987)
- Óscar Lopes*. Homenagem da Associação de Estudantes da FLUP (Maio de 1987)
- II Jornadas de Estudo Norte de Portugal-Aquitânia (CENPA). L'Identité Régionale. L'Idée de Région dans l'Europe du Sud-Ouest*, Bordéus, Março de 1988
- Congresso Internacional «Bartolomeu Dias e a sua Época»* (Universidade do Porto - Comissão Nacional dos Descobrimientos Portugueses, 21-23 de Setembro de 1988)
- Eça e "Os Maias"*, I Encontro Internacional de Queirozianos (Novembro de 1988)
- 1º Colóquio Internacional de Linguística Contrastiva Português-Alemão* (Instituto de Estudos Germanísticos, 6-7 de Outubro de 1988)
- Encontro de Literatura Suíça* (Maio de 1989)
- A Recepção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil* (Novembro de 1989)
- Colóquio Comemorativo do 150º do Nascimento de Thomas Hardy* (6-7 de Dezembro de 1990)
- Colloque International Edouard Glissant* (24-27 de Outubro de 1990)
- Colóquio Evocativo do 50º Centenário da Morte de F. Scott Fitzgerald* (Instituto de Estudos Norte-Americanos, 6-7 de Dezembro de 1990)
- Jornadas Literárias Suíças* (15-17 de Abril de 1991)
- Colóquio com Michel Mohrt* (Acad. Francesa) e com os romancistas Maurice Poiard e Catherine Axelrad (19-21 de Junho de 1991)
- Colóquio da Comissão Internacional de Diplomática* (9-12 de Setembro de 1991)
- Antero de Quental e o Destino de uma Geração*, Colóquio Internacional no Centenário da sua Morte (20-22 de Novembro de 1991)
- Colóquio «Educação, Cultura e Cultura Escolar»* (17 de Janeiro de 1992)
- Congresso «Municipalismo e Desenvolvimento no Noroeste Peninsular»* - 140º Aniversário da Fundação do Concelho do Marco de Canaveses (26-28 de Março de 1992)
- Noites de Sociologia «Mudam-se os Campos, Mudam-se as Cidades»; «Cultura, Trabalho e Formação das Identidades Juvenis»; «O admirável Mundo Novo da Empresa?»; «Novos Movimentos Sociais: o Adeus às Lutas?»* (29 de Abril, 7, 14, 20 de Maio de 1992)
- Encontro do «Núcleo de Estudos Medievais - Linguística e Literatura»* (4 de Maio de 1992)
- Ciclo de Colóquios «Do Corpo Interdito ao Corpo Pedagógico»; «Determinismo(s) e Liberdade em Educação»* (Instituto de Ciências da Educação, 21-28 de Maio de 1992)
- Espiritualidade e Corte em Portugal (Séculos XVI-XVIII)* (Instituto de Cultura Portuguesa, 28-30 de Maio de 1992)
- XX Internationals Mediävistisches Colloquium* (13-20 de Setembro de 1992)
- VI Colóquio Ibérico de Geografia. A Península Ibérica - Um Espaço em Mutação* (Instituto de Geografia, 16-20 de Setembro de 1992)
- Linguagem*. Colóquio de Homenagem a Vergílio Ferreira, nos cinquenta anos da sua vida literária (28-30 de Janeiro de 1993)

PROGRAMAS

SOCIOLOGIA INDUSTRIAL E DO TRABALHO

Docente: Dr^a Cristina Parente

1. Introdução: questões teóricas e metodológicas.
2. Valores e atitudes face ao trabalho.
3. Organização e controlo do trabalho.
 - 3.1. Divisão social do trabalho.
 - 3.2. Organização do trabalho: organização científica do trabalho; Escola de relações humanas; Teoria motivacional, crise da organização científica do trabalho e novas formas de organização do trabalho.
 - 3.3. Problemáticas da resistência e do consenso no trabalho.
4. Trabalho e técnica.
 - 4.1. Técnica como fenómeno social. Crítica do determinismo tecnológico.
 - 4.2. Produção, trabalho, emprego e novas tecnologias.
 - 4.3. Qualificação/Desqualificação do trabalho. A questão da formação.
5. Relações colectivas de trabalho e actores sociais.
 - 5.1. Sindicalismo.
 - 5.2. Associativismo patronal.
 - 5.3. Conflitos de trabalho.
 - 5.4. Relações de trabalho em Portugal.
6. Mercado de trabalho: perspectivas teóricas e abordagem do caso português.

BIBLIOGRAFIA

BOYER, Robert (Org.) - La flexibilité du travail en Europe, Paris, La Découverte, 1986

BRAVERMAN, Henry - Trabalho e Capitalismo monopolista. A degradação do trabalho no século XX, Rio de Janeiro, Zahar, 1977

BURAWOY, Michael - Manufacturing Consent: Changes in the Labour Process under Monopoly Capitalism, Chicago, The University of Chicago Press, 1979

"- The Politics of Production, Factory Regimes under Capitalism and Socialism, Londres, Verso, 1985

CAIRE, Guy - Les Relations industrielles, Paris, Dalloz, 1973

CEREQ - L'Évolution des systèmes de travail dans l'économie moderne, Paris, C.N.R.S., 1981

CORIAT, Benjamin - Science, Technique et Capital, Paris, Seuil, 1975

"- L'Atelier et le chronomètre. Essai sur le Taylorisme, le Fordisme et la production de masse, Paris, Christian Bourgois, 1979

COSTA, António e outros - Antes de ser e de fazer no quotidiano operário, Lisboa, ISCTE/CES, 1984

CRISTOVAM, M^a Lúsa - Conflitos de trabalho em 1979, Lisboa, Ministério do Trabalho, 1982

CROZIER, Michel; FRIEDBERGER, Erhard - L'acteur et le système. Les contraintes de l'action collective, Paris, Seuil, 1977

DESMAREZ, Pierre - La Sociologie industrielle aux États-Unis, Paris, Armand Colin, 1986

La division du Travail, Colloque de Dourdan, Paris, Galillé, 1978

DORAY, Bernard - Le Taylorisme, une folie rationnelle?, Paris, Dunod, 1981

DUBOIS, Pierre - Les ouvriers divisés, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1981

DUBOIS, Pierre e outros - Grèves revendicatives ou grèves politiques. Acteurs, pratiques, sens du mouvement de Mai, Paris, Anthropos, 1971

DURAND, Claude - Conscience ouvrière et action syndicale, Paris, Mouton, 1971

"- Le travail enchaîné. Organisation du travail et domination sociale, Paris, Seuil, 1978

"- Chômage et violence. Longwy en lutte, Paris, Gallimard, 1981

DURAND, Claude; DUBOIS, Pierre - La grève. Enquête sociologique, Paris, Armand Colin, 1975

L'Emploi, Enjeux Économiques et Sociaux, Colloque de Dourdan, Paris, Maspero, 1982

FRIEDMAN, Georges - O futuro do trabalho humano, Lisboa, Moraes, 1968

- FRIEDMAN, Georges; NAVILLE, Pierre - Traité de Sociologie du Travail, 2 vols., Paris, Armand Colin, 1961-1962
- GORZ, André (Org.) - Critique de la Division du Travail, Paris, Seuil, 1973
- HARASZTI, Miklos - Vida de um operário num país de Leste (salário à peça), Lisboa, Edições Livros do Brasil, s/d
- HYMAN, Rochard - Strikes, Londres, Fontana, 1977
- JARDILLIER, Pierre - Les conditions du travail, Paris, PUF, 1973
- MALLET, Serge - La nouvelle classe ouvrière, Paris, Seuil, 1963
- MAYO, Elton - The Human Problems of an Industrial Civilization, Nova Iorque, Mac Millan, 1933
- MONTMOLLIN, Maurice; PASTRÉ, Olivier - Le Taylorisme, Paris, Editions La Découverte, 1984
- MOTTEZ, Bernard - La sociologie industrielle, Paris, PUF, 1971
- ORTSMAN, Oscar - Mudar o trabalho, Lisboa, Fund. Calouste Gulbenkian, 1984
- OURY, Louis - Os proletas, Lisboa, Ed. Caminho, 1977
- PASTRÉ, Olivier - L'information et l'emploi, Paris, Ed. La Découverte, 1984
- PIMENTEL, Duarte e outros (Org.) - Sociologia do trabalho, Lisboa, A Regra do Jogo, 1985
- REYNAUD, Jean-Daniele; ADAM, Gérard - Sociologia do trabalho. Os conflitos, Porto, Rés, 1984
- ROLLE, Pierre - Introdução à sociologia do trabalho, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978
- ROSA, Michele - La Sociologia del Lavoro in Italia e in Francia, Milão, Franco Angeli, 1979
- "- Qualità della vita e qualità del lavoro, Milão, Franco Angeli, 1983
- ROUSSELET, Jean - A alergia ao trabalho, Lisboa, Edições 70, 1974
- ROUSTANG, Guy - Le travail autrement, Paris, Dunod, 1982
- SAINSAULIEU, Renaud - Les relations de travail à l'usine, Paris, Les Editions d'Organisation, 1972
- "- L'identité au travail. Les effets culturels de l'organisation, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1977
- SEGRESTIN, Denis - Le phénomène corporatiste, Paris, Fayard, 1985
- TAYLOR, Frederic - La direction scientifique des entreprises, Verviers, Gerard & Cie, 1967

- THOMPSON, E. P. - The Making of the English Working Class,
Londres, Penguin Books, 1974
- THOMPSON, Paul - The Nature of Work, Cambridge, Cambridge Univ.
Press, 1979
- TOURAINÉ, Alain - La conscience ouvrière, Paris, Seuil, 1966
- "- A sociedade pós-industrial, Lisboa, Moraes Editores, 1970
- "- Production de la Société, Paris, Seuil, 1973
- TOURAINÉ, Alain e outros - Le mouvement ouvrier, Paris, Fayard, 1984
- Le travail et sa Sociologie. Essais Critiques, Paris, M. Harmattan, 1985
- VERNIERES, Michel e outro - Le marché du travail, Paris, Economica,
1985

SOCIOLOGIA DAS ORGANIZAÇÕES

Docente: Dr^a Luísa Veloso

1. Introdução.

- 1.1. A importância das organizações na sociedade.
- 1.2. A organização como unidade social fundamental.
- 1.3. Delimitação do objecto científico da Sociologia das Organizações.

Algumas questões que a sua definição coloca.

- 1.4. Tipologia das Organizações.

2. Evolução histórica do objecto de estudo da Sociologia das Organizações. As várias teorias.

- 2.1. Abordagem clássica da organização.
 - 2.1.1. A Organização Científica do Trabalho.
 - 2.1.2. A Administração Industrial da Organização.
 - 2.1.3. O Modelo Burocrático de Max Weber.
- 2.2. A Escola das Relações Humanas.
- 2.3. As teorias Psico-Sociológicas de Organização e Gestão.
 - 2.3.1. As teorias da Motivação.
 - 2.3.2. As teorias Comportamentalistas.
- 2.4. Os modelos democráticos.
- 2.5. A abordagem Sócio-técnica das organizações.
- 2.6. As Novas Formas de Organização do Trabalho.
- 2.7. O modelo de organização japonês: A Teoria Z.
- 2.8. A Teoria da Contigência.

3. Estruturas Organizacionais.

- 3.1. O desenho organizacional.
- 3.2. A perspectiva de Mintzberg relativamente à estrutura e dinâmica das organizações.

4. A dinâmica cultural das organizações.

- 4.1. As culturas nacionais.
- 4.2. A empresa enquanto instituição social.
- 4.3. As culturas de empresa.

5. Análise estratégica do poder nas organizações.

5.1. As diferentes perspectivas.

5.2. A abordagem do poder nas organizações de Michel Croizier e Erhard Friedberg.

6. Mudança organizacional.

6.1. Inovação e resistência à mudança.

6.2. Novas tecnologias.

BIBLIOGRAFIA

BERNOUX, Philippe - La Sociologie des Organisations, Paris, Ed. du Seuil, 1985

CASTRO, M. Alcaide - Las Nuevas Formas de Organización del Trabajo, Madrid, Akal Universitária, 1982

CHIAVENATO, I. - Teoria Geral da Administração, S. Paulo, MacGraw-Hill, 1979

CLEGG, Stewart, DUNKERLEY, David - Organization, Class and Control, Londres e New York, Routledge & Kegan Paul, 1980

COSTA, António Firmino da et. al. - Artes de Ser e Fazer no Quotidiano Operário, Lisboa, Centro de Estudos de Sociologia - ISCTE, 1984

CROZIER, Michel e FRIEDBERG, Erhard - L'Acteur et le Système. Les Contraintes de l'Action Collective, Paris, Éditions du Seuil, 1977

CROZIER, Michel - Le Phénomène Bureaucratique, Paris, Éditions du Seuil, 1963

ETZIONI Amitai - Organizações Modernas, S. Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1984

HALL, Peter - Organizações, Estruturas e Processos, Rio de Janeiro, Prentice-Hall do Brasil, 1982

HAMPTON, David - Administração Contemporânea, São Paulo, McGraw-Hill, 1983

LIU, Michel - Approche Socio-technique de l'Organization, Paris, les Éditions de l'Organisation, 1983

MARCH, J.-J. e SIMON, H.A. - Les Organisations, Paris, Dunod, 1979

MAURICE, Marc e SILVESTRE, J.-J. - Politique d'Education et Organisation Industrielle en France et en Allemagne, Paris, PUF; 1982

MINTZBERG, Henri - Structure et Dynamique des Organisations, Paris, Les Éditions d'Organisation, 1982

ORSTMAN, Oscar - Mudar o Trabalho, Lisboa, F. C. Gulbenkian, 1984

OUCHI, William - Teoria Z. Como as Empresas Podem Enfrentar o
Desafio Japonês, Ed. Fundo Educativo Brasileiro, 1982

PIMENTEL, Duarte et al. - Sociologia do Trabalho, Lisboa, A Regra do
Jogo, s.d.

SAINSAULIEU, Renaud - L'Identité au Travail, Paris, Presses de la
Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1988

Ibid - Sociologie de l'Organisation et de l'Entreprise, Paris, Presses de
la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1987

SILVERMAN, David - The Theory of Organization, Nova York, Basic
Books inc., 1971

CORRENTES ACTUAIS DA SOCIOLOGIA

Docentes: Dr. António Joaquim Esteves
Dr^a Paula Maria Guerra Tavares

1. Principais eixos estruturadores da tradição sociológica: sistematização e exemplos de aplicação.
2. Anthony Giddens: teoria da estruturação social.
3. Pierre Bourdier: teoria da prática.
4. Jurgen Habermas: teoria da acção comunicacional.
5. Niklas Luhmann: uma teoria sistémica da sociedade.
6. Alain Touraine: uma teoria dos novos movimentos sociais.

BIBLIOGRAFIA

- ANSART, P. - Les sociologies contemporaines, Paris , Seuil, 1990
- BOTTOMORE, T.; NISBET, R. (orgs.) - História da Análise Sociológica, Zahar, Rio de Janeiro, 1978
- GIDDENS, A. TURNER, J. (eds) - La teoria social, hoy, Madrid, Alianza, 1990
- SMELSER, N. (org.) - Handbook of Sociology, Nova Iorque, Sage, 1988
- GIDDENS, A. - La constitution de la société, paris, PUF, 1987
- GIDDENS, A. - Sociologia: uma breve porém critica introdução, Rio de Janeiro, Zahar, 1984
- GIDDENS, A. - Novas regras do método sociológico, Rio de Janeiro, Zahar, 1978
- GIDDENS, A. - Sociology, Cambridge, Polity Press, 1989
- GIDDENS, A. - As consequências da modernidade, Oeiras, Celta Editora, 1992
- BOURDIEU, P. - A economia das trocas simbólicas, S. Paulo Ed. Perspectiva, 1974
- BOURDIEU, P. O poder simbólico, Lisboa, difel, 1989
- BOURDIEU, P. (org.) - La misère du monde. La France qui parle, Paris, Seuil, 1993.
- ORTIZ, R. (org.) - Pierre Bourdieu, S. Paulo, Atica 1983
- ACCARDO, A. - Initiation à la sociologie de l'ilusionnisme social, Ed. Le Mascaret, 1983

- HABERMAS, Jurgen - Raison et légitimité, Paris, Payot, 1978
- HABERMAS, Jurgen - On the Logics of the Social Sciences, Polity Press, Cambridge, 1988
- HABERMAS, Jurgen - Théorie de l'agir communicationnel, 2 vols., Fayard, Paris, 1987
- HABERMAS, Jurgen - O discurso filosófico da modernidade, Lisboa, Dom Quixote, 1990
- HABERMAS, Jurgen - Consciência moral e agir comunicativo, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989
- HABERMAS, Jurgen; LUHMANN, N. - Teoria della società o tecnologia sociale - che cosa offre la ricerca del sistema sociale?, Etas Kompass, Milan, 1973
- FREITAG, Barbara e ROUANET, Sergio (orgs.) - Habermas, Ed. Atica, S. Paulo, 1980
- LUHMANN, N. - The Differentiation of Sociology, Nova Iorque, Columbia Univ. Press, 1982
- LUHMANN, N. - Sociologia do Direito, 2 vols., Tempo Universitário, Rio de Janeiro, 1983
- LUHMANN, N. - Teoria política nello stato del benessere, Franco Angeli, Milão, 1987
- LUHMANN, N. - O amor como paixão, Lisboa, Difel, 1991
- LUHMANN, N. - A improbabilidade da comunicação, Lisboa, Vega, 1992
- IZIZQUIZA, I. - La sociedad sin hombres. Niklas Luhmann o la teoria como escándalo, Barcelona, Anthropos, 1990
- TOURAINÉ, A. - Pour la sociologie, Seuil, Paris, 1974
- TOURAINÉ, A. - Production de la société, Seuil, Paris, 1973
- TOURAINÉ, A. - Le retour de l'acteur, Fayard, Paris, 1984
- TOURAINÉ, Alain (org.) - Mouvements sociaux d'aujourd'hui, Les Éditions Ouvrières, Paris, 1982

DIREITO DO TRABALHO E GESTÃO DO PESSOAL

Docente: Dr^a Paula Camanho

A. Introdução

1. O objecto e conteúdo do Direito do Trabalho.
2. Caracterização do Direito do Trabalho.
3. Fontes do Direito do Trabalho.
 - 3.1. Noções Gerais.
 - 3.2. A Constituição
 - 3.3. Fontes Internacionais.
 - 3.3.1. As Convenções da O.I.T.
 - 3.3.2. As fontes comunitárias.
 - 3.4. Fontes internas.
 - 3.4.1. O elenco do artigo 12º da LCT.
 - 3.4.2. Normas legais da regulamentação do trabalho.
 - 3.4.3. Portarias de regulamentação e de extensão.
 - 3.4.4. Convenções colectivas de trabalho.
 - 3.4.5. Os usos da profissão e das empresas.
 - 3.5. Hierarquia das fontes.
 - 3.5.1. A relação entre fontes internacionais e fontes internas.
 - 3.5.2. A hierarquia das fontes internas.
 - 3.5.3. A função do princípio do tratamento mais favorável.

B. Conceitos básicos do Direito do Trabalho

1. Noção legal do contrato de trabalho: Objecto, sujeitos, retribuição e subordinação jurídica.
 2. A distinção entre o contrato de trabalho (trabalho subordinado) e o contrato de prestação de serviço (trabalho autónomo). Critérios distintivos. O contrato de trabalho e figuras contratuais afins.
 3. Contratos equiparados ao contrato de trabalho.
 4. Contratos excluídos do contrato de trabalho.

5. Referência especial ao contrato de trabalho temporário.

6. Caracterização do contrato de trabalho.

6.1. Contrato sinalagmático.

6.2. Contrato consensual.

6.3. Contrato duradouro ou de execução duradoura.

6.4. Contrato oneroso.

6.5. Contrato pessoal.

6.6. (Contrato de adesão).

7. O trabalhador (Elementos mais relevantes)

7.1. A qualificação da categoria. O princípio da igualdade de tratamento.

O ius variandi da actividade.

7.2. A antiguidade.

7.3. Deveres acessórios.

8. O empregador (Elementos mais relevantes).

8.1. Os poderes aptronais: de direcção, regulamentar e disciplinar.

8.2. Fundamento do poder disciplinar da empresa.

8.3. Os deveres acessórios da entidade patronal.

C. Formação do contrato de trabalho

1. O processos de formação do contrato de trabalho.

2. Pressupostos subjectivos e objectivos.

3. A invalidade do contrato de trabalho.

4. Os elementos acidentais: termo e condição. O regime particular do contrato de trabalho a prazo.

5. O período experimental.

D. O tempo e o local de trabalho

1. A duração do trabalho.

1.1. Período de funcionamento, período normal de trabalho e horário de trabalho.

1.2. Trabalho suplementar (conceito, regime, limites, formalidades).

- 1.3. Trabalho nocturno.
- 1.4. Trabalho em regime de turnos.
- 1.5. Isenção de horário de trabalho.

2. Faltas ao trabalho: conceito, modalidades e efeitos.

3. O direito ao repouso.

3.1. O significado do "direito ao repouso".

3.2. Descanso semanal.

3.3. Feriados obrigatórios.

3.4. Férias: aquisição, duração, fixação, continuidade mínima, retribuição, indisponibilidade, efeitos da cessação ou suspensão do contrato de trabalho.

4. O local de trabalho.

4.1. Sua determinação e relevância.

4.2. O princípio da inamovibilidade. Excepções.

E. A retribuição.

1. Vertentes da retribuição: jurídica, económica e social. Suas explicações no direito de trabalho positivo.

2. A determinação qualitativa da retribuição. Problema. Critério legal.

3. A determinação quantitativa da retribuição.

4. Forma, lugar e tempo de cumprimento.

5. Prescrição dos créditos salariais e respectivo regime de prova.

F. A suspensão do contrato de trabalho e redução de laboração

1. Noção e efeitos gerais da suspensão.

2. Suspensão do contrato de trabalho por causa ligada ao trabalhador.

3. Suspensão do contrato de trabalho por facto ligado à empresa.

4. Redução da laboração.

G. A cessação do contrato de trabalho

1. Princípios gerais.
2. A evolução recente do direito de trabalho no que se refere às causas gerais de cessação do contrato de trabalho.
 3. As formas de cessação:
 - 3.1. Cessação por mútuo acordo.
 - 3.2. Caducidade.
 - 3.3. Despedimento promovido pela entidade empregadora.
 - 3.3.1. Despedimento por justa causa.
 - 3.3.1.1. Conceito de justa causa.
 - 3.3.1.2. O processo (disciplinar) do despedimento.
 - 3.3.1.3. A suspensão do despedimento.
 - 3.3.1.4. A ilicitude do despedimento.
 - 3.3.2. Despedimento colectivo.
 - 3.3.3. Cessação individual por causa objectiva.
 - 3.3.4. Cessação do contrato de trabalho por inadaptação do do trabalhador.
 - 3.4. Cessação do contrato de trabalho por iniciativa do trabalhador.
 - 3.4.1. Rescisão com justa causa.
 - 3.4.2. Rescisão com aviso prévio.
 - 3.5. Abandono do local de trabalho.
 - 3.6. Rescisão por qualquer das partes durante o período experimental.
 4. Certificado de trabalho.
 5. Pacto de não-concorrência.

GESTÃO DO PESSOAL

1. Introdução.
 - 1.1. Início da estruturação técnica do trabalho: F.W. Taylor, Fayol, Gilbreth e Henry Ford.
 - 1.2. Evolução.
2. Organização e estrutura do departamento de pessoal.
 - 2.1. A organização.
 - 2.2. Organização formal e informal.
 - 2.3. Organigramas.
 - 2.4. Direcção de pessoal centralizada e descentralizada.

3. Selecção e recrutamento.

3.1. O recrutamento e o mercado de trabalho.

3.2. O recrutamento e o planeamento de recursos humanos da empresa.

3.3. As fases de um processo de recrutamento.

3.4. A integração do recém-contratado: programas de acolhimento.

4. A avaliação de desempenho.

4.1. Os objectivos da avaliação.

4.2. A construção de um sistema de avaliação.

5. Políticas de remuneração.

5.1. Os vários sistemas retributivos.

5.2. A definição de uma política salarial na empresa.

- a análise do mercado.

- a análise da empresa.

- a grelha salarial.

- os benefícios sociais.

6. A formação.

6.1. O diagnóstico de necessidades.

6.2. O plano de formação.

6.3. A avaliação de resultados.

7. A cultura da empresa.

7.1. O conceito de cultura organizacional.

7.2. A cultura como projecto de gestão de recursos humanos.

7.3. Razões de sucesso da cultura de empresa.

7.4. Utilização da cultura de empresa: comunicação, gestão do pessoal, management.

7.5. Projecto de empresa.

7.5.1. Razões para elaborar um projecto.

7.5.2. Conteúdo do projecto.

7.5.3. Condições para elaborar o projecto.

7.5.4. Sequência a dar ao projecto.

7.6. A teoria Z/ cultura Z (desenvolvimento)

8. Os serviços aos trabalhadores.

8.1. Instalações e serviços.

8.2. Ajudas de tipo económico.

8.3. Acções recreativas, culturais e desportivas.

BIBLIOGRAFIA

(Direito do Trabalho)

- CORDEIRO, Menezes - Direito do Trabalho, Livraria Almedina, 1991
- CRUZ, Pedro - A justa causa de despedimento na Jurisprudência, Livraria Almedina, 1991
- FERNANDES, Monteiro - Direito do Trabalho, 1º volume, Livraria Almedina, 1990
- LEITE, Jorge - Direito do Trabalho. Coimbra, Serviços de Textos dos S.S.U.C., 1982 (policop.)
- NETO, Abílio - Contrato de Trabalho - Novas Práticas, Livraria Petrony, 1990
- OLEA, Manuel Alonso, Maria Emilia Casas Baamonde - Derecho des Trabajo, Facultad de Derecho, Universidad Complutense, Madrid, 1989
- PERA, Giuseppe - Diritto del Lavoro, Padova, Cedam, 1984
- VEIGA, António Jorge da Motta - Direito do Trabalho, Volume II, Universidade Lusídia, 1991
- XAVIER, Bernardo Lobo Xavier, Curso de Direito do Trabalho, Verbo, 1992

(Gestão de pessoal)

- AMBLARD, H. e cols. (1989) - Gestão de recursos humanos. Editorial Presença, Lisboa
- BAZTAN, Manuel Peña (1990) - Dirección de personal, Esade, Barcelona
- CHALVIN, D. et EYSSETTE, F. (1984) - Comment sortir des petits conflits dans le travail, Dunod, Paris.
- CHIAVENATO, I. (1989) - Recursos humanos na empresa. Atlas, São Paulo
- FUSTIER, Michel (1975) Le conflit dans l'entreprise, ESF, Paris
- OUCHI, William G. (1986) - Teoria Z - como as empresas podem enfrentar o desafio japonês, Nobel, São Paulo
- PETERS, T. e WATERMAN JR., R. H. (1987) - In search of excellence (Na senda da excelência), Publicações Dom Quixote, Lisboa
- SHEIN, E. (1975) - Organizational culture and leadership, Jossey-Bass Publisher, San Francisco
- THÉVENET, Maurice (1990) - Cultura de empresa - Auditoria e Mudança, Monitor, Lisboa
- TURNER, C., HAMPDEN, Cultura de empresa, Ed. Presença, 1993

1868

1869

1870

1871

1872

1873

1874

1875

1876

1877

1878

1879

1880

1881

1882

1883

1884

1885

1886

1887

1888

1889

1890

1891

1892

1893

1894

1895

1896

1897

1898

1899

1900

1901

1902

1903

1904

1905

1906

1907

1908

1909

1910

1911

1912

1913

1914

1915

1916

1917

1918

1919

1920

1921

1922

1923

1924

1925

1926

1927

1928

1929

1930

1931

1932

1933

1934

1935

1936

1937

1938

1939

1940

1941

1942

1943

1944

1945

1946

1947

1948

1949

1950

1951

1952

1953

1954

1955

1956

1957

1958

1959

1960

1961

1962

1963

1964

1965

1966

1967

1968

1969

1970

1971

1972

1973

1974

1975

1976

1977

1978

1979

1980

1981

1982

1983

1984

1985

1986

1987

1988

1989

1990

1991

1992

1993

1994

1995

1996

1997

1998

1999

2000

2001

2002

2003

2004

2005

2006

2007

2008

2009

2010

2011

2012

2013

2014

2015

2016

2017

2018

2019

2020

2021

2022

2023

2024

2025

2026

2027

2028

2029

2030

2031

2032

2033

2034

2035

2036

2037

2038

2039

2040

2041

2042

2043

2044

2045

2046

2047

2048

2049

2050

2051

2052

2053

2054

2055

2056

2057

2058

2059

2060

2061

2062

2063

2064

2065

2066

2067

2068

2069

2070

2071

2072

2073

2074

2075

2076

2077

2078

2079

2080

2081

2082

2083

2084

2085

2086

2087

2088

2089

2090

2091

2092

2093

2094

2095

2096

2097

2098

2099

2100

OPÇÕES

SOCIOLOGIA DA CULTURA E DA COMUNICAÇÃO

Docente: Dr^a Dulce Maria da Graça Magalhães

I. CULTURA E SOCIEDADE.

A. Concepção sociológica de cultura.

B. Formas, níveis e diversidades de culturas.

1. Cultura ou culturas?

2. Estruturas sociais e sistemas de representação.

3. Necessidades e aspirações culturais.

4. Identidade cultural versus transposição da cultura e alargamento do campo cultural - as lutas simbólicas.

C. A criação cultural.

1. A distinção entre consciência real e consciência possível.

2. Correspondência entre a produção de bens culturais e a produção de gostos.

D. A cultura como praxis na realidade social portuguesa - o processo de produção de sentido.

1. Práticas e consumos culturais quotidianos.

2. Funções expressivas e apropriação social de práticas culturais.

3. A dinâmica da mudança: processos sociais de dissolução-conservação sócio-culturais.

II. A PRODUÇÃO SOCIAL DA COMUNICAÇÃO

A. Contexto e significação.

B. Comunicação conflituosa.

1. Características e objectivos do "combate verbal".

2. Regras do discurso conflituoso.

C. Comunicação de massa.

1. Características e linguagem dos media.

2. Mass-média e cultura de massa versus cultura clássica -o funcionamento do saber na sociedade de consumo.

3. Democratização da cultura na sociedade de consumo.

4. O poder dos mass-média.

5. Relação entre comunicação de massa e sistema político e social.

D. A publicidade.

1. Características, objectivos, estratégias.
2. O impacto da publicidade na sociedade.

III. PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO CULTURAL.

A. Tempos livres e lazer - a promoção do lazer como um valor; uma nova concepção da realização pessoal e de criatividade.

B. Elementos e mecanismos da reprodução cultural - a reprodução pelo sistema; "habitus" de classe, linguagem e reprodução cultural.

C. Políticas culturais.

BIBLIOGRAFIA

BALLE, F. et al. - Le Pouvoir des Médias. Mélanges offerts à Jean Cazeneuve, Paris, PUF, 1987

BAUDRILLARD, J. - O sistema dos objectos, São Paulo, Perspectiva, 1989

BOURDIEU, P. - La Distinction, Paris, Minuit, 1979

DUMAZEDIER, Joffre - Lazer e cultura popular, São Paulo, Perspectiva, 1976

GOLDMANN, L. - A criação cultural na sociedade moderna, Lisboa, Presença, 1976

JACOB, F. - O jogo dos possíveis, Lisboa, Gradiva, 1981

LAMPREIA, J.M. - A publicidade moderna, Lisboa, Presença, 1989

MORIN, E. - Pensar a Europa, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1987

WINDISCH, U. - Le K.O. verbal. La communication conflictuelle, Lausanne Age d'Homme, 1987

NOTA: Ao longo das aulas será facultada aos estudantes bibliografia complementar.

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PLANEAMENTO REGIONAL

Docente: Dr. António Figueiredo

I. QUESTÕES PRELIMINARES

1. A crise do planeamento aos seus diferentes níveis suscitada pela crise dos anos 70.

1.1. A crise do planeamento macroeconómico e suas implicações em toda a orgânica de planeamento.

A crise do planeamento indicativo perspectivada no âmbito da crise mais geral das diferentes formas de intervenção pública; o planeamento macroeconómico e a instabilidade conjuntural; flexibilização dos planos no quadro das programações pluri-aneais; mudanças qualitativas no planeamento macroeconómico.

1.2. A crise do planeamento regional.

Factores explicativos da crise do planeamento regional: críticas funcionalistas; crise das teorias espaciais; crise das funções legitimadoras do planeamento regional: o conflito eficácia versus equidade; a crise da concepção assistencial da política regional no período de crise estrutural do sistema; papel das novas concepções da política regional na reconsideração do papel da política regional em períodos de crise e pós-crise; a perturbação introduzida na orgânica de planeamento nacionais pelo aparecimento de novos actores (as regiões autónomas); o caso particular das Comunidades Autónomas espanholas.

1.3. A crise do planeamento urbano e territorial.

Alcance e limitações do plano enquanto peça desenhada (o plano-documento); o fenómeno do declínio urbano como factor de crise do planeamento urbano e territorial; complexidade disciplinar crescente do planeamento urbano e territorial; planeamento territorial e autonomia relativa dos agentes económicos; novas concepções: o plano como processo de negociação e participação de actores e agentes.

2. Teoria e política do desenvolvimento regional.

2.1. Desenvolvimento, desenvolvimento regional e desenvolvimento local.

Os conceitos de desenvolvimento regional e local como extensão lógica do conceito de desenvolvimento; emergência da questão espacial na problemática do desenvolvimento.

2.2. Objecto e fundamentos da política regional.

Qual a questão de base que determina a intervenção da política regional: as assimetrias de desenvolvimento? O acesso generalizado à satisfação de necessidades básicas? A mobilização e valorização de recursos não aproveitados?

A mobilização do potencial de inovação?

2.3. Apresentação sumária do quadro de instrumentos da política regional.

3. Relevância dos quadros institucionais.

Análise das implicações para o exercício das políticas de desenvolvimento regional e local da (in)existência de regiões autónomas; a diferente configuração e génese do plano e do planeamento regional em cada um dos cenários.

II. TEORIAS E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

1. A concepção do desenvolvimento (crescimento) polarizado -concepção difusionista do desenvolvimento espacial.

1.1. Conceitos fundamentais de suporte.

Espaço e região; região-homogénea, região-polarizada e região-plano; pólo de crescimento.

1.2. Alguns instrumentos de análise teórica no domínio da organização do espaço.

Breve introdução aos modelos de localização; o caso particular dos equipamentos terciários: a teoria dos lugares centrais.

1.3. Mecanismos de difusão do desenvolvimento polarizado.

1.4. Condições e obstáculos à difusão do desenvolvimento polarizado.

1.5. Pólos de crescimento e análises centro-periferia.

1.6. Revisão do conceito de pólos de crescimento do ponto de vista das estratégias de desenvolvimento regional.

1.7. Principais instrumentos de política inspirados pela concepção do desenvolvimento polarizado.

2. Condições concretas potenciadoras da ruptura com a concepção do desenvolvimento polarizado.

2.1. Consequências regionais das mudanças estruturais na divisão internacional do trabalho e nos paradigmas tecnológicos.

2.2. Novas tendências de organização espacial das economias.

O declínio urbano; a revitalização de certas periferias; os casos particulares das economias francesa e italiana.

3. A concepção do desenvolvimento a partir da abse ou do desenvolvimento endógeno.

3.1. O conceito de desenvolvimento endógeno no âmbito das modernas concepções do desenvolvimento.

3.2. A relevância do desenvolvimento local no quadro das abordagens do desenvolvimento endógeno: proposta de uma grelha de análise do desenvolvimento local.

3.3. Um exemplo de política de intervenção inspirada pelo paradigma do desenvolvimento endógeno: as Iniciativas Locais de Ciração de Emprego.

3.4. A dinamização do mundo rural.

3.5. Novas dinâmicas de planeamento suscitadas pelo desenvolvimento endógeno.

O planeamento descentralizado; dinâmicas ascendentes e descendentes do planeamento regional; o planeamento contratualizado; a dinamização cultural; a formação para o desenvolvimento.

4. Novas perspectivas de abordagem da problemática do desenvolvimento regional e local.

4.1. Teorias do potencial de inovação regional e local.

Conceito de rede(networking) e suas principais aplicações; redescoberta da função empresarial como factor de desenvolvimento regional e local; determinantes do processo de inovação: revisão do conceito de economias de aglomeração; a relevância dos serviços produtivos como factor de desenvolvimento regional; algumas implicações em termos de ordenamento do território: as "technopólis" e os "scientific parks"; outros instrumentos de política inspirados por esta concepção: as redes de relacionamento institucional e a difusão da informação.

4.2. A abordagem em termos de sistemas produtivos locais.

Conceitos básicos; algumas aplicações: análise da persistência da actividade agrícola em espaços de industrialização.

5. Uma tentativa de síntese: reflexão final sobre a diversidade dos objectivos e instrumentos da política regional.

III. A DIMENSÃO REGIONAL DAS POLÍTICAS COMUNITÁRIAS

1. Principais evidências empíricas: a questão regional, hoje, na Europa Comunitária.

1.1. Breve introdução à problemática dos eixos de desenvolvimento espacial europeu: triângulo central europeu, eixo mediterrânico, arco atlântico e abertura a leste.

1.2. Os desequilíbrios regionais: indicadores, evolução e natureza.

1.3. Estratégias nacionais e projecto europeu: que papel para a questão regional?

1.4. A problemática transfronteiriça como forma particular de relacionamento inter-regional.

2. A política regional comunitária: sua evolução, principais marcos e instrumentos de intervenção.

2.1. A problemática regional no período anterior a 1975: carácter secundário da política regional.

2.2. A emergência da política regional comunitária: a criação do FEDER e do COMITE DE POLÍTICA REGIONAL após o primeiro alargamento (Dinamarca, Reino Unido e Irlanda)

2.3. A modificação do Regulamento FEDER e a evolução até à recente Reforma dos Fundos Estruturais.

2.4. Implicações regionais de outras políticas comunitárias e coordenação dos diferentes instrumentos.

2.5. Os programas Integrados Mediterrânicos (PIM's).

2.6. As abordagens integradas de desenvolvimento e a problemática do desenvolvimento endógeno.

3. A Reforma dos Fundos Estruturais de 1989 e as novas perspectivas de aplicação da política regional.

3.1. Significado global da Reforma no contexto do projecto de concretização do mercado único europeu: os princípios da convergência económica e da coesão económica e social.

3.2. Os novos regulamentos (FEDER, FSE, FEOGA e coordenação de fundos).

3.3. As novas relações Comunidade-Estados membros no âmbito da política regional; as políticas de parceria; papel das autoridades regionais e locais.

3.4. A importância das políticas e dos programas de fomento da investigação científica e tecnológica.

4. Breve reflexão final sobre as implicações do novo cenário da política regional comunitária para Portugal e para as regiões portuguesas.

BIBLIOGRAFIA:

I.

ARMSTRONG, Harvey e TAYLOR, Jim - "Regional Economics and Policy", Philip Allan, Londres, 1986, pp. 188-225

BARQUERO, António Vásquez - La Política regional en tiempos de crisis. Reflexiones sobre el caso español, Estudios Territoriales, nº15-16, 1984, pp. 21-37

LOPES, A. Simões - Desenvolvimento: desenvolvimento regional, Boletim da Faculdade de Direito, Coimbra, 1978

"- Desenvolvimento Regional", 1980, pp.9-23 e 303-319

"- Regionalização e desenvolvimento, Estudos de Economia, 1982, vol. II, nº4

MASSEY, Doreen - In what sense a regional problem?, Regional Studies, vol. 13, 1979, pp.233-243

SCASSO, Rafael de Heredia - La Planificación estratégica y la ordenación territorial, Estudios Territoriales, nº6, 1982, pp.19-40

WADLEY, David - "Restructuring the regions", OCDE, Paris, Capítulo III

II.

BOUDEVILLE, J. - "Aménagement du territoire et polarisation", Éditions Génin, Paris, 1972, pp. 15-36 - 205-210

ESTEVES, M^o do Céu - Teoria Clássica dos lugares centrais, "Desenvolvimento", nº1, Lisboa, 1984

DARWENT, D. F. - Growth poles and growth centers in Regional Planning: a review, Environment and Planning, vol.1, nº1, 1969

PENOUIL, M. - L'espace et le développement économique: des apports de J.R. Boudeville aux interrogations contemporaines, in J. Paelinck e A. Sallez - "Espace et localisation", Economica, 1983, pp. 73-93

HANSEN, Niles - Regional Consequences of structural changes in the national and international division of labour, "International Regional Science Review, vol. 11, nº2, 1988

GAROFOLI, Gioacchino - L'industrialisation diffuse et petite entreprise: le modèle italien des années 70, in "Irep, secteur informel et industrialisation diffuse dans les nouveaux pays industriels, Grenoble, 1985

AYDALOT, Philippe - Crise économique, crise de l'espace, crise de la pensée spatiale, in "Le développement décentralisé" org. Bernard Planque, LITEC, Paris, 1983

BRUGGER, E. A. - Endogenous development: a concept between utopia and reality, in Michel Bassand e outros, "Self-Reliant development in Europe", Gower, 1986

GODARD, O. e outros - Le développement endogène et la différentiation des espaces de développement: une grille d'analyse pour le développement local, "Nouvelles de l'écodéveloppement", nº35, 1985

GREFFE, Xavier - "Descentralizar en favor del empleo - las iniciativas locales de desarrollo", Colección INFORMES, serie Empleo, n°19, Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, España, 1988 (1990), pp.39-66; 209-228

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS - O futuro do Mundo rural, Boletim das Comunidades Europeias, Suplemento 4/88, pp. 49-54

KOVACSHAZY, Christine - Documento introdutório ao Seminário Internacional "Serviços em meio rural", Chaves, Janeiro de 1991

MAILLAT, Denis - Vers une nouvelle étape de la politique régionale, Bulletin CS, 4/88

COOKE, Philip e IMRIE, Rob - Little victories: local econom development in European Regions, "Entrepreneurship and Regional Development", Vol. 1, N°4, 1989, pp. 313-328

KEATING, Michael - Local government and economic development in Western Europe, Entrepreneurship and regional development, vol.1, n°3, 1989, pp. 301-312

BIANCHI, Giuliano - Innovating in the local systems of small medium sized enterprises: the experience of Tuscany, "Entrepreneurship and regional development", vol. 2, n°1, 1990

GANNE, Bernard - Regional dynamics of innovation: a look at the Rhône-Alpes Region, "Entrepreneurship and regional development, vol.1, n°2, 1989

QUÉRÉ, Michel - The Provence-Alpes-Côte d'Azur high technology road: a technopolis network?, "Entrepreneurship and regional development", vol. 1, n°2, 1989

AYDALOT, Phlippe - Technological trajectories and regional innovation in Europe, in P. Aydalot e D. Keeble, "High Technology and innovative environments: the european experience", Routledge and Kegan, 1988

ESTRUTURA URBANA E CONFLITUALIDADE SOCIAL

Docente: Dr^a Paula Maria Guerra Tavares

I. Estrutura Urbana: aspectos introdutórios

1. Problematização do conceito de estrutura urbana.

1.1. Análise do conceito de estrutura urbana através do "processus" de urbanização.

1.2. O conceito de estrutura urbana e algumas referências teóricas: R. Ledrut e H. Lefebvre.

2. Novas problematizações em torno do conceito.

II. Desenvolvimentos conflituais nas sociedades urbanas actuais

1. Práticas de sociabilidade e antissociabilidade e seu enquadramento na temática da sociologia do quotidiano.

2. A segregação social e urbana, e sua importância.

3. Desqualificação e exclusão social no mundo urbano actual;

4. Tecido urbano actual, ordem e conflito.

4.1. Concepções teóricas da conflitualidade.

4.2. Violência e ruptura nas cidades.

4.3. Alguns estudos de caso.

III. Estrutura urbana e marginalidade social

1. Marginalidade e desvio: aspectos introdutórios.

2. As perspectivas sociológicas da marginalidade e desvio;

2.1. Da óptica durkheimiana ao funcionalismo.

2.2. A Escola de Chicago.

2.3. Da perspectiva culturalista ao interaccionismo simbólico;

3. Abordagem analítica da marginalidade e desvio no tecido urbano actual.

3.1. Análise institucional da marginalidade; os contributos de Goffman e Foucault;

3.2. Desvio - Crime e reacção societal.

3.3. O actual problema da droga e suas derivações.

3.4. Etnicidade e racismos.

3.5. Grupos sociais estigmatizados no mundo urbano actual

IV. Estrutura urbana portuguesa, marginalidade e desvio

1. Cronologia histórica da marginalidade em Portugal.
2. Alguns estudos de caso.
 - 2.1. Estudo de categorias sociais e etárias estigmatizadas.
 - 2.2. A droga e a sociedade urbana portuguesa
 - 2.3. O alcoolismo e a sua inscrição espacial
 - 2.4. A prostituição
 - 2.5. Abordagem do crime e suicídio em Portugal nos anos 80 e 90.
- 2.3. As vivências prisionais.
3. Algumas perspectivas futuras.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, J. F. e Outros, Exclusão Social - Factores e Tipos de Pobreza em Portugal, Ceiras, Celta Ed., 1992
- BECKER - The Outsiders, Studies in Sociology of Deviance, Nova Iorque, The Free Press Ed., 1966
- BOURDIEU, P. (org), La France qui parle - La Misère du Monde, Paris, ed. Seuil, 1993
- BOURDIN, A., HIRSCHHORN, M. (orgs.) - Figures de la Ville, Paris, Ed. Aubier, 1985
- BRAKE, M. - Youth Culture - The Sociology of Youth Culture and Youth Subcultures in America, Britain and Canada, Londres, Ed. Routledge, 1985
- BRAUN, F. et alii - Chômage des Jeunes, Délinquance et Environnement Urbain. Comissão das Comunidades Europeias, Bélgica, 1988
- CERTEAU, M. - L'invention du Quotidien, Paris, Union Générale d'éditions, 1980
- CLINARD, M., MEIER, R. - Sociology of Deviant Behavior, Nova Iorque, CBS College Publ., 1985
- COHEN, Albert - Deviance and Control, Nova Jersey, Prentice-Hall Inc., 1966
- COSER, Lewis A. - Les Fonctions du Conflit Social, Paris, Ed. PUF, Paris, 1982
- CUSSON, M. - Croissance et Décroissance du Crime, Paris, Ed. PUF, 1990
- DUBET, F. - La Galère: jeunes en Survie, Paris, Ed. Fayard, 1987
- FATELA, J., O Sangue e a Rua, Lisboa, ed. D. Quixote, 1989
- FOUCAULT, M. - Vigiar e Punir, Petrópolis, Ed. Vozes, 1988

- GOFFMAN, E. - A Representação do Eu na Vida Cotidiana, Petrópolis, Ed. Vozes, 1983
- "- Manicômios, Prisões e Conventos, S. Paulo, Ed. Perspectiva, s/data
- "- Estigma - Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada, Rio, Ed. Zahar, 1982
- HARVEY, D. - Urbanismo y Desigualdad Social, Madrid, Siglo Veintiuno Ed., 1985
- HERPIN, N. - A Sociologia Americana - Escolas, Problemáticas e Práticas, Porto, Ed. Afrontamento, 1982
- LABBENS, J. - Sociologie de la Pauvreté, Paris, Ed. Gallimard, 1978
- LEDRUT, H. - Sociologia Urbana, S. Paulo, Ed. Forense, 1971
- LEFEBVRE - Le Droit à la Ville, Paris, Ed. Anthropos, 1968
- LENOIR, R. - Les Exclus, Paris, Ed. du Seuil, 1974
- LÉVY, P. - Conflit Social, Paris, Ed. PUF, 1983
- MATZA, D., El Proceso de Desviacion, Madrid, Taurus Ed., 1981
- MERTON, R. - Sociologia - Teoria e Estrutura, S. Paulo, Ed. Mestre Jou, 1970
- MOORE, S., Investigating Deviance, Londres, Publ. Unwin Hyman, 1988
- MUNFORD, L. - The City in the History, Londres, Secker and Warburg Publ., 1961
- PAUGAN, S. - La Disqualification Sociale, Paris, Ed. PUF, 1991
- PINÇON - CHARLOT et alii - Ségrégation Urbaine, Paris, Ed. Anthropos, 1987
- RÉMY, J., VOYÉ, L. - Ville, Ordre et Violence, Paris, Ed. PUF., 1981
- SILVA, M., COSTA, A. BRUTO da (orgs.), A Pobreza Urbana em Portugal, Lisboa, Ed. Cáritas, 1985
- VÁRIOS - Crise de L'urbain, Futur de la Ville, Paris, Ed. RAPT, 1986
- "- The Sociology of Crime and Delinquency, Nova Iorque, John Wiley Publ., 1970
- VELHO, O. (org.) - O Fenómeno Urbano, Rio, Zahar Ed., 1970

SOCIOLOGIA DA FAMÍLIA E DA JUVENTUDE

Docente: A contratar

O programa será entregue oportunamente pelo docente.

ÍNDICE

Sociologia Industrial e do Trabalho	1
Sociologia das Organizações	5
Correntes Actuais da Sociologia	8
Direito do Trabalho e Gestão do Pessoal	10

Opcões

Sociologia da Cultura e da Comunicação	1
Ordenamento do Território e Planeamento Regional	3
Estrutura Urbana e Conflitualidade Social	9
Sociologia da Família e da Juventude	12